

ATA DA 034ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

## SUMÁRIO

### Partidos Políticos

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Aborda o desvio de peças e motores na Segurança Pública.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** - Comenta audiência pública, realizada em Pinhalzinho, sobre a produção de leite no estado.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** - Refere-se à conclusão da BR-285.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Reporta-se à administração de Dalírio Beber na Casan.

**DEPUTADO DADO CHEREM** (aparte) - Ressalta os investimentos feitos pela Casan no saneamento básico.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Parabeniza Dalírio Beber por sua administração na Casan; comenta a dispensa de bafômetro para atestar embriaguês; aborda artigo de Sérgio da Costa Ramos sobre drogas.

### **Ordem do Dia**

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** (pela ordem) - Manifesta-se pela manutenção do veto ao PL n. 0453/2012.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Aborda veto ao PL n. 0345/2010, de sua autoria.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Sugere a retirada da pauta do PL n. 0345/2010.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Aborda veto ao PL n. 0367/2011, de sua autoria.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Posiciona-se contrário ao veto ao PL n. 0367/2011.

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** (pela ordem) - Libera a bancada para deliberar sobre o veto ao PL n. 0367/2011.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (pela ordem) - Posiciona-se favorável à derrubada do veto ao PL n. 0367/2011.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (pela ordem) - Manifesta-se pela derrubada do veto ao PL n. 0367/2011.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** - Registra que Blumenau está em primeiro lugar no estado em qualidade de vida e geração de empregos.

**DEPUTADO DIETER JANSSEN** - Comenta a sugestão de instalação de detectores de calor e fumaça, por parte dos bancos, em áreas de caixas eletrônicos.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Elogia a atuação de Dalírio Beber à frente da Casan.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Enaltece a atuação de Dalírio Beber frente à Casan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Esta Presidência comunica que a presente sessão está suspensa até as 15h e voltará às 16h, na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, o primeiro horário pertence ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e todos que nos acompanham nesta tarde, em especial as lideranças da agricultura familiar que estão aqui nos acompanhando, quero apresentar uma entrevista veiculada no dia de ontem nas televisões catarinenses, que veio confirmar o que já havíamos trazido nos últimos dias, com relação à crise na Segurança Pública do nosso estado, que precisamos discutir melhor.

Peço à assessoria que exhiba um vídeo que foi apresentado no dia de ontem.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Então, srs. deputados, as informações estão aí, os documentos, os depoimentos, no sentido de que o secretário da Segurança Pública como também o secretário-adjunto Fernando de Menezes sabiam das irregularidades, foram informados do desvio de veículos, peças e motores e não fizeram nada.

O presidente da Comissão de Leilões do Detran, tenente-coronel José Theodósio, e o dono da G-Truck, Sidney Martins, escolheram os melhores carros para desmanchar e tirar as peças. Carros relativamente novos, que poderiam ser regularizados, foram desmanchados.

A cúpula da Segurança Pública foi avisada das irregularidades, mas em vez de apoiar as investigações exoneraram o delegado Cláudio Monteiro que fazia as investigações, assim como também o gerente do complexo administrativo de São José, Jorge Köppel, que denunciou o esquema.

É um absurdo. E a CPI, na verdade, seria a única ferramenta para se apurar a verdade desse caso, pois está nítida a interferência política nas investigações. Imaginem quantos outros caminhões de peças foram desviados.

Por acaso alguém de vocês acredita que a Gerdau, a maior siderúrgica do Brasil, faça um contrato de boca com empresas terceirizadas?

Quantos carros foram leiloados irregularmente, beneficiando parentes de servidores, como o caso denunciado? Sabe-se lá quantos veículos estão circulando por aí com placas frias ou sem a devida quitação das multas. O fato é que o principal departamento de Polícia catarinense sofreu um desmanche. A autonomia investigativa do DEIC recebeu um duro golpe. O sistema Guardiã, ferramenta vital para apurar quadrilhas e corruptos, está sendo desativado.

O delegado recebe uma nova diretoria para combater o crime, principalmente das drogas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori)- Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, o que me traz à tribuna nesta tarde é justamente relatar os encaminhamentos que tivemos na última sexta-

feira, quando realizamos uma audiência pública no município de Pinhalzinho, oportunidade em que discutimos, com toda a cadeia produtiva de leite de Santa Catarina, a situação que o país vem enfrentando, principalmente com a importação de leite e derivados, oriundos dos países vizinhos componentes do Mercosul, do Uruguai, da Argentina e também do Chile.

Requeremos sua realização através da nossa comissão de Agricultura - e o nosso presidente designou aquela data - e tivemos a oportunidade de contar, naquela manhã, com a presença de aproximadamente 500 pessoas para discutir esse tema importante que, na verdade, refere-se ao dia a dia e à vida dos pequenos agricultores do estado de Santa Catarina. E dá para afirmar com toda segurança que no interior dos nossos pequenos municípios este é o meio de subsistência da maioria dos nossos agricultores, ou seja, mais de 95% das famílias que vivem na pequena propriedade rural que acabariam deixando o campo para tentar alternativas na cidade, aumentando consideravelmente o êxodo rural.

Se pararmos para analisar o salto em desenvolvimento que os nossos pequenos municípios dependentes da agricultura sofreram nesses últimos 20 ou 25 anos em virtude da cadeia produtiva do leite, vamos perceber que é algo surpreendente, porque o leite trouxe não só um pouco mais de oportunidade de negócio para o pequeno agricultor, mas também levou um pouco mais de conforto e dignidade para sua família. Se analisarmos a vida do nosso agricultor há 25 anos, vamos perceber que a grande oportunidade de o agricultor ter uma inovação dentro da sua propriedade acontecia somente no momento da safra dos grãos.

Hoje só o grão não dá, para a pequena propriedade rural se transformou em algo inviável, há necessidade de alternativas. Naquela ocasião, para conseguir melhorar a sua propriedade, os seus equipamentos, o agricultor tinha que dispor da boa vontade do comerciante - e v.exa., sr. presidente, sabe bem disso - que era aguardar o pagamento no momento da safra. E para que a safra fosse

positiva, tinha-se que torcer para que chovesse o necessário, para que a estiagem não colhesse a produção de forma antecipada e quando a safra contava com o agrado do tempo aí o agricultor tinha que contar com o bom preço para comercializar.

Então, hoje o leite trouxe ao agricultor a possibilidade de todo mês ter a sua renda na sua propriedade para melhorar, para investir em conforto e até mesmo para investir na melhoria genética, que é o que a maioria dos pequenos agricultores do estado de Santa Catarina que lidam com o leite tem feito nesses últimos anos.

Por isso, essa qualidade de excelência que o estado catarinense tem na produção de leite, ou seja, é graças ao investimento constante do agricultor, numa parceria muito forte com o governo do estado, através da Epagri, da Cidasc e também com uma parceria muito presente dos nossos governantes municipais, porque se formos para o interior, vamos perceber que os grandes propulsores do desenvolvimento da pequena propriedade rural ainda são os nossos municípios, através dos seus prefeitos e das suas secretarias de Agricultura. Em muitas cidades, a agricultura recebe o incentivo através de horas/máquinas até mesmo para fazer a silagem que é base da alimentação do gado, dada a preocupação dos administradores municipais com este segmento que desenvolve muito o nosso estado de Santa Catarina.

A preocupação que foi trazida a este parlamentar é algo que estamos acompanhando há mais de um ano, ou seja, justamente a entrada desregrada, sem controle nenhum de leite, principalmente advindo do Uruguai. Esse leite tem entrado no território brasileiro sem que o país tivesse a possibilidade de sentar à mesa de negociações e estipular cotas para a importação desse produto. A própria importação é gerida de forma automática, no momento que se requer, tudo é conseguido para o Uruguai. Por várias vezes o Brasil tentou alguma negociação para estipular cotas, a exemplo do que temos com a Argentina, onde o Brasil permite a entrada mensal de até

3.600 toneladas de leite em pó. Mas com o Uruguai não temos essa norma restritiva que faça com que o mercado brasileiro tenha segurança frente à entrada desses produtos.

Nesse período agora, nesse início de ano, no final de 2011, enfrentamos uma das piores estiagens da região oeste e extremo oeste do estado catarinense. Como consequência dessa estiagem, obviamente, teria queda de produção, que foi o que aconteceu, e a elevação, não tão significativa, mas presente, do preço do litro do leite pago ao agricultor. E para o nosso agricultor esse impacto não tem sentido, porque ele não recebeu esse aumento. Por que ele não está recebendo esse aumento? Porque produtos oriundos de outros países estão suprindo as necessidades do Brasil e fazendo com que a tabela fique regulada por baixo. Então, o agricultor do estado de Santa Catarina já está perdendo frente à entrada do leite do país vizinho, do Uruguai.

Essa audiência, então, teve por objetivo reunir agricultores, as cooperativas do estado de Santa Catarina como a Faesc, a Ocesc e, acima de tudo, a Fetaesc que, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do estado catarinense, vêm fazendo um trabalho de excelência em defesa, principalmente, do pequeno agricultor. E foi grande a parceira deste Parlamento com a realização da audiência pública, na sexta-feira, pela manhã, no município de Pinhalzinho. Uma audiência muito participativa, com uma discussão bem ampliada, que acabou ultrapassando o tema principal que seria justamente a importação do leite para partir para reivindicações, através do governo do estado de Santa Catarina, de algumas melhorias que podemos implementar na política do estado catarinense, e melhorar ainda mais a qualidade daquilo que é um produto do nosso estado.

Esteve presente também o nosso secretário adjunto da Agricultura, que é um exímio conhecedor de toda a cadeia produtiva do nosso estado e, porque não dizer, dos países mais desenvolvidos na técnica e na qualidade de leite. Participou com

sugestões, com ideias, mas, acima de tudo, nos assessorou e também nos ajudou a colher bons encaminhamentos dessa audiência para que das decisões lá tratadas, possamos agora dar o encaminhamento às esferas do governo e buscar em alguns itens, em alguns temas reivindicados pela comunidade lá presente, soluções imediatas.

Então, para atender os resultados dessa importante audiência pública, iremos amanhã a Brasília, onde temos uma reunião marcada com o ministro da Agricultura ao meio-dia desta quarta-feira, quando teremos a oportunidade de entregarlhe reivindicações feitas pela cadeia produtiva catarinense para resguardar esse modelo e, acima de tudo, proteger o pequeno agricultor que vive em dez, 12, 15, 20, 25, 30 hectares de terra.

O pequeno o agricultor é que vive na verdadeira reforma agrária já consolidada em Santa Catarina e, dentre esses temas, cabe destacar alguns, entre tantos que foram levantados, que servirão como base para pedir ao ministro uma atitude urgente, porque logo ali na frente teremos um problema muito grave para administrar que será a falta de alternativa para esse pequeno agricultor. Se hoje o agricultor está vivendo razoavelmente bem, se hoje ele tem perspectiva e expectativa de continuar residindo lá no interior, na sua pequena propriedade, nós, como parlamentares, temos que fazer nossa parte para exigir dos órgãos competentes atitudes rápidas e urgentes para assegurar esse modelo.

Dentre as reivindicações constam a suspensão das licenças automáticas para a importação do leite do Uruguai, como forma de forçar um acordo com aquele país, porque até então nada foi celebrado; não comprar mais leite para a merenda escolar advindo da importação; valorizar o produto dos catarinenses; mais técnicos da Epagri voltados para a cadeia produtiva de leite; tributação igualitária entre estados para o produto *in natura*, porque hoje temos uma diferença grande principalmente do Paraná para Santa Catarina; políticas públicas para a diminuição do custo de produção e aí entram os técnicos que a Epagri

possui; exigência de respeitabilidade das normas ambientais também para os países importadores, pois temos que respeitar as normas ambientais, e isso reflete diretamente no custo da nossa produção, os países que exportam para o Brasil também têm que respeitar as mesmas normas; diminuição da carga tributária, principalmente sobre o farelo de soja; diminuição da carga trabalhista para os pequenos agricultores e também exigências das mesmas normas sanitárias feitas no Brasil para os países que exportam para o Brasil, principalmente eliminar a seguinte tarja de alerta nas caixas de leite: leite pode fazer mal à saúde. Eliminar isso como forma de incentivar o produto, pois leite faz bem para a saúde.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, nosso representante do sul, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Boa-tarde, deputado Reno Caramori, que preside esta sessão e, em seu nome, quero cumprimentar todos os deputados e a deputada Ana Paula Lima.

Retornamos nesta tarde de uma audiência com o diretor-geral do DNIT, o engenheiro João José dos Santos, para tratar da tão esperada conclusão da BR-285. Uma rodovia importantíssima para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul e também para o nosso país. Uma rodovia de 740km que está presa apenas por 30km para a sua conclusão, justamente no trecho que liga a divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina no município de Timbé do Sul.

É uma luta de muitos anos da nossa região que atrasa não só o desenvolvimento do sul, mas também de todo o estado de Santa Catarina; a famosa serra da Rocinha, como podemos ver aqui no vídeo ao lado, separa o município de São José dos Ausentes, do Rio Grande do Sul, e Timbé do Sul, em Santa Catarina. São apenas 30km de serra que impedem uma

ligação do litoral catarinense com o noroeste do Rio Grande do Sul, também com a Argentina, interligando toda uma rota comercial, turística, que vai desenvolver os mercados tanto do Rio Grande do Sul quanto do litoral catarinense.

Essa rodovia já está praticamente concluída no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina restam pouco mais de 30Km, que atualmente encontram-se em péssimo estado de conservação, dificultando o acesso de turistas e de empresários nessa serra.

Foram realizadas já, nestes últimos anos, várias audiências, reuniões, trabalhos, no sentido de sensibilizar o ministério dos Transportes, o DNIT, o governo federal, o ministério do Planejamento da importância estratégica dessa obra e da curta distância que falta para a sua conclusão. Foi chamada a atenção, em primeiro lugar, para atender o desejo, a expectativa do povo catarinense, especialmente do sul do estado.

O escoamento da produção dos dois estados e do Mercosul integrando o porto de Imbituba encurtarão as distâncias, consolidando como rota mercantil do Mercosul. A integração de roteiros turísticos aumentará o fluxo de turistas na região do litoral de Santa Catarina. Muitos e muitos turistas dessa região utilizam balneários do sul do estado para passarem as suas férias. Este ano, pelo mau estado de conservação desta rodovia, muitos não puderam acessá-la.

Necessitamos a melhoria da interligação viária, mas antes precisamos resolver as precárias condições de tráfego em segurança, na falta de iluminação, diminuir os acidentes, pois a poeira e a lama têm dificultado a integração dos dois estados. O fortalecimento do comércio local e regional com oportunidades de novos negócios e a diminuição da sobrecarga da BR-101 são argumentos fortíssimos para a conclusão dessa rodovia.

A última audiência pública realizada nesta Casa Legislativa, através da comissão de Economia que presidimos, no último dia 02, com a presença de expressivas lideranças políticas e empresariais encabeçadas pela Associação Comercial e Industrial do vale de Araranguá, teve vários desdobramentos:

a formação de uma comissão para acompanhar e agilizar a conclusão dessa obra, a qual já está constituída com deputados federais e estaduais, associações empresariais, prefeitos e vereadores, inclusive, com vários prefeitos do estado do Rio Grande do Sul.

Os gaúchos já fizeram a parte deles. Falta nós, os catarinenses, mobilizarmo-nos para sensibilizar de uma vez por todas as autoridades federais da importância dessa obra. O trecho gaúcho da BR-285 já foi concluído, como podemos ver aqui pelos *slides* a inauguração dos últimos trechos dessa obra. E a pergunta é a seguinte: Santa Catarina até quando?

Esta comissão vai trabalhar, sem dúvida nenhuma, na agilização e na liberação da licença ambiental junto ao Ibama. Já foi dada a licença prévia, falta a licença de operação, a licença de implantação de obras, da jazida, das pedreiras e dos canteiros da obra.

Há a solicitação junto ao DNIT catarinense de rapidez na adequação e atualização do projeto, também a audiência com o diretor-geral do DNIT, general Jorge Fraxe, juntamente com a bancada catarinense e gaúcha para a licitação. Sem dúvida nenhuma, a integração das bancadas federais, das Assembleias Legislativas, das Associações Comerciais dos dois estados serão muito úteis, no sentido de sensibilizar politicamente o governo federal, o ministério do Transporte e o do ministério do Planejamento.

Em agosto de 2010, já foi inaugurado o trecho final no Rio Grande do Sul. Assim fica o questionamento: por que Santa Catarina é tão discriminada no que diz respeito às obras federais? Até quando ficaremos esperando a conclusão da BR-285, que há anos vem-se arrastando? Somente na elaboração do projeto desse trecho já se passaram quatro anos para a equipe de engenharia concluir o projeto de engenharia e obter as licenças ambientais, deixando de proporcionar ao nosso estado crescimento econômico, desenvolvimento social, aumento do PIB e arrecadação de impostos, geração de emprego e

renda, segurança dos que por ali trafegam e qualidade de vida das pessoas que ali residem.

Quero agradecer a todos e fazer um pedido no sentido da união de esforços de todos os parlamentares para agilizarmos e convenceremos o governo federal, nas suas diferentes instâncias, da importância da conclusão da pavimentação da BR-285, especialmente no trecho da serra da Rocinha no sul de Santa Catarina, o que irá promover qualidade de vida para a população catarinense, que é o objetivo de todos os deputados desta Casa.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Sr. presidente e srs. deputados, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de fazer um comentário extremamente relevante pelo seu conteúdo, pelo que interessa e importa ao povo de Santa Catarina.

Em 2007, nós vimos, na imprensa catarinense e também através de levantamentos feitos por órgãos especializados, que Santa Catarina era o segundo pior estado da federação em matéria de saneamento básico, somente perdia para o Piauí. Isso em 2007. Dos 293 municípios catarinenses, apenas 30 deles, ou seja, 10,2%, possuíam algum tipo de serviço, ao menos parcial de esgoto.

Em 2008, este estado continuava com um dos piores índices de saneamento básico do país, ainda numa briga muito forte com o Piauí. Dos 293 municípios apenas 30 tinham algum tipo de saneamento. Isso em 2008. Na época, a Casan debatia-se com problemas de dívida, com problemas internos, inclusive reivindicações salariais, indenizações fantásticas. Naquele momento a Casan vivia um grande caos. E houve uma debandada quase geral dos municípios que estavam atrelados a Casan, na questão de água e esgoto. E dentre eles estava o município de Joinville, que acabou se

dispersando, saindo desse contexto, passando a ter a sua administração.

Fiz esse preâmbulo para fazer uma citação honrosa e acredito que o atual presidente da Casan, sr. Dalírio Beber, que com muito orgulho faz parte do PSDB, deve entrar para a história deste estado como um dos homens ou um dos precursores do saneamento básico em Santa Catarina. Isso porque, a partir do momento em que ele assumiu a presidência da Casan, teve uma preocupação toda especial com a questão do saneamento básico no estado.

Nesta semana, v.exas. devem ter assistido, com a presença da ministra das Relações Institucionais Ideli Salvatti; do ministro das Cidades Aguinaldo Ribeiro; do secretário Nacional do Saneamento Leodegar Tiscoski, juntamente com o presidente da Casan e com o diretor da Caixa Econômica Federal, Valter Nunes Gonçalves, a assinatura de um financiamento de R\$ 404 milhões realizado entre Casan e Caixa Econômica Federal, fruto de projetos elaborados dentro da Casan, que foram levados ao governo federal e incluídos no PAC II.

Esses R\$ 404 milhões fazem parte do recurso de R\$ 1,4 bilhão que será empregado e investido em saneamento básico nos próximos três anos. Por isso, tenho a mais absoluta certeza, repito, de que o presidente Dalírio Beber deve entrar para a história desse estado como precursor do saneamento básico em nosso estado.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não, meu líder de bancada, deputado Dado Cherem.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Nilson Gonçalves, é muito importante o seu pronunciamento. V.Exa. sabe que, neste local, o discurso muitas vezes foi no sentido contrário, foi de críticas à questão do saneamento em Santa Catarina.

Nós tivemos alguns autores nesse processo e a bancada do PSDB, a qual v.exa. está representado neste momento, reconhece, sim, o trabalho do governo federal no sentido de priorizar o

saneamento em Santa Catarina e também o trabalho dos funcionários da Casan. Inclusive em momentos difíceis colocaram-se questionamentos nesta Assembleia sobre o futuro da Casan.

A resposta está sendo dada agora, com os investimentos feitos na gestão do sr. Dalírio Beber, na presidência da Casan do estado de Santa Catarina. Isso demonstra claramente que dentro do governo o PSDB está fazendo a sua parte com pessoas como Dalírio Beber. E não me surpreende, pela experiência que ele tem no campo administrativo. Com certeza, isso vai fazer com que os catarinenses possam encontrar o início desse caminho para o saneamento básico, tão difícil e com tão pouco investimento.

Então, com certeza, sr. deputado Nilson Gonçalves, que fique o seu registro nos anais desta Casa como início de uma nova era no saneamento catarinense.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputado Dado Cherem.

Era muito comum acompanharmos através da imprensa noticiários relativos à Casan. Era muito comum, e apenas se falava em caos. Falava-se da debandada dos municípios que tinham convênio com a Casan. Apenas se falava de indenizações, insatisfações. Enfim, havia um caos totalmente estabelecido no bojo dessa grande empresa.

Hoje, a história está totalmente modificada. Escutamos e assistimos coisas boas vindo daqueles lados, por conta da administração séria, transparente, correta da Casan, e também bastante objetiva do sr. Dalírio Beber.

Por isso, gostaria de fazer aqui, sr. presidente, um pedido no sentido de que, se possível, fosse encaminhada uma menção ao sr. presidente da Casan pelo mérito de ter dado início a esse trabalho de saneamento básico no estado, que deverá se estender pelos próximos três anos. Não queremos tirar de forma alguma o mérito do governo federal, mas se não fossem os engenheiros, os funcionários da Casan, juntamente com seu presidente...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, também quero, deputado Nilson Gonçalves, juntar-me a esse elogio ao coordenador, o comandante maior da Casan em Santa Catarina, com quem tive a oportunidade de trabalhar na prefeitura de Blumenau, pela sua capacidade, não só do ponto de vista administrativo, mas também pela forma política de conduzir os rumos desta estatal em Santa Catarina. E todos sabem que para cada R\$ 1,00 investido em saneamento, precisamos de R\$ 3,00 em saúde.

Quero me congratular também nesta tarde, sr. presidente, com a Câmara federal. Não é sempre que podemos elogiar os nossos deputados federais, mas o faço agora por conta do projeto de lei que foi aprovado na Câmara federal e agora segue para o Senado sobre a dispensa do bafômetro para testar a embriaguês do motorista.

Ora, temos acompanhado pelas estatísticas neste país que ocorrem 40 mil mortes de trânsito nas estradas brasileiras, deputado Dieter Janssen, por conta do álcool. Há um índice muito elevado de 40 mil mortes a cada ano. Em 2009, apenas para termos ideia, a Pastoral da Juventude apontava em Santa Catarina 1224 mortes, das quais 687 foram no trânsito. Ora, sabemos que de 70 a 80% desses óbitos foram de jovens que vieram das baladas impulsioneados, motivados pela questão do álcool.

Daí a importância desse projeto de lei aprovado pela Câmara federal que dispensa o bafômetro para testar a embriaguês do motorista. O projeto vai seguir agora para o Senado. É claro que foi uma resposta à postura do Superior Tribunal de Justiça quando limitou a comprovação

da embriaguês ao exame de sangue ou ao teste do bafômetro.

Entendemos que esta limitação do STJ enfraqueceu a lei já que o motorista pode se recusar ao teste, ao exame, amparado pelo princípio constitucional de que ninguém é obrigado a produzir provas contra si.

Por isso fica o nosso elogio aos deputados federais pela iniciativa, pela aprovação. Nós entendemos que a maioria dos brasileiros esperava de fato uma postura diferente do Supremo Tribunal de Justiça. Como o Tribunal tomou uma decisão contrária à opinião pública, à opinião popular, eu acho que a Câmara teve, de fato, que assumir esse papel de votar essa alteração positiva, como disse, para os catarinenses e para os brasileiros, porque entendemos que é necessário abortar essa carnificina nas estradas brasileiras pelo abuso do uso do álcool.

Como eu disse, temos 40 mil mortes por ano no trânsito, nas estradas federais. E também não é diferente em Santa Catarina, que ocupa o segundo lugar no ranking nacional.

Quero também, nesta tarde, sr. presidente, fazer menção ao artigo do articulista Sérgio da Costa Ramos publicado em um dos jornais de circulação no estado de Santa Catarina, intitulado Narco-ousadia.

Diz o articulista:

(Passa a ler.)

"Espanta que um dos pequenos países destruídos pela droga, a Guatemala, apareça na Cúpula das Américas para defender a legalização das drogas e do narcotráfico. O presidente Otto Perez Molina diz que 40 anos de combate não resultam em melhoria nenhuma. Então, propõe, com o apoio de alguns países caribenhos e latinos, a 'descriminalização' das drogas, como forma de 'acabar com esse mercado'...

Na verdade, quem está propondo a legalização da droga são os traficantes, que já falam por alguns chefes de estado.

Legalizada a droga no Brasil, multiplicar-se-ão as cracolândias. Teremos uma em cada esquina,

com os camelôs vendendo *crack* nas ruas, a preços cada vez menores. Zumbis e traficantes tornarão infernais os centros das cidades e não haverá política pública de saúde que dê jeito.

Resta dizer que países desenvolvidos e ricos, como Holanda e Suíça, já tentaram a legalização. Desistiram rapidamente. A experiência só levou a uma explosão do consumo, ao crescimento da toxicod dependência e a um grande surto de criminalidade.”[sic]

Parabéns ao Sérgio da Costa Ramos por este artigo. De fato um país como a Guatemala, que infelizmente não tem condições de combater o tráfico e nem de atuar na prevenção, ter como proposta a descriminalização das drogas nos países latino-americanos vai de encontro a tudo aquilo que temos percebido como atitude da sociedade, em especial da sociedade brasileira no que diz respeito ao combate e à prevenção as drogas.

E por falar em drogas, permita-me ainda, sr. presidente, nos minutos que me restam, trazer também uma outra reflexão com relação aos prejuízos irreversíveis do uso de drogas aos usuários, suas famílias, ciclo de amigos, mas também para a iniciativa privada. Vejam:

(Passa a ler.)

“O custo financeiro já é elevado para as empresas de maneira geral, nas quais predominam as ausências ao trabalho e a queda no rendimento dos funcionários devido principalmente à dependência de cigarro, álcool, maconha e cocaína. Agora, começa a pesar de forma significativa e acelerada também para o setor público, com ênfase na Previdência, devido acima de tudo à rápida progressão e ao poder devastador do consumo de *crack*.

Dados oficiais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apontam que foram concedidas 125 mil auxílios-doença a dependentes químicos. O custo total foi de R\$ 107,5 milhões em recursos públicos - dinheiro que poderia ser aplicado na educação, na saúde de pessoas que não buscam o prazer letal e em melhorias para todos. O afastamento pelo uso de drogas como o *crack*, cocaína, anfetaminas e

maconha é oito vezes maior do que o motivado pelo consumo de álcool e de cigarro.”[sic]

Portanto, além do prejuízo na iniciativa privada, o poder público acaba assumindo esses efeitos do consumo das drogas. É preciso então a conscientização da sociedade, das entidades, das ONGs. Como tenho dito aqui, de forma repetida, o trabalho de combate e prevenção às drogas começa em casa e passa necessariamente pela família, por toda rede escolar.

Estamos numa conversa muito franca e intensa com o secretário da Assistência Social, dr. João Cândido da Silva, médico experiente, com mais de 30 anos nessa área, e que agora está propondo ao governador Raimundo Colombo essa parceria com as Organizações Não Governamentais.

Se tudo der certo, se Deus permitir, estaremos na próxima semana, juntamente o dr. João Cândido da Silva em Minas Gerais para conhecer mais de perto a proposta que tem sido arquitetada, acompanhada pelo governo de Minas Gerais no combate e na prevenção das drogas.

Acreditamos que é um modelo positivo para trazer à Santa Catarina no sentido de ainda colocarmos neste ano essa perspectiva de parceria com o governo do estado, sobretudo, na reabilitação de dependentes químicos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, gostaríamos de fazer um apelo aos deputados que se encontram, provavelmente, em seus gabinetes trabalhando, que compareçam ao plenário na Ordem do Dia, porque será votada uma mensagem de veto de interesse do governo do estado.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - De acordo com a solicitação do líder do governo, esta Presidência solicita aos srs. deputados que estão

em seus gabinetes que desçam ao plenário. É bem verdade que alguns deputados estão nas comissões em reunião e por essa razão ainda não compareceram à sessão.

Srs. deputados, conforme acordo feito pelos srs. líderes de bancada no início do horário destinado aos Partidos Políticos, houve algumas trocas. Sendo assim, temos ainda cinco minutos destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de deputado desse partido que queira ocupar a tribuna, passaremos ao espaço reservado ao PDT, ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos.

(Pausa)

Como também não há interesse do deputado do partido em se manifestar, esta Presidência, suspende a presente sessão até as 16h, quando será reaberta com a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Solicito aos srs. deputados que estão em seus gabinetes que se dirijam ao plenário para que possamos deliberar matérias que necessitam de quórum qualificado, conforme solicitação do líder Edison Andrino.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0322/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0420/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Antes de passarmos à votação dos vetos, temos extrapauta projetos que foram aprovados nas comissões. Se houver a concordância dos srs. líderes, votaremos agora, caso contrário incluiremos na pauta de amanhã.

(As lideranças concordam.)

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0095/2012, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Garopaba.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0109/2012, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Ação Social e Cooperação de Ensino Profissionalizante - Ibrascep -, no município de São José.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0068/2012, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Pouso Redondo (construção das

sedes da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0076/2012, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de São Francisco do Sul (Núcleo Tecnológico Municipal e Unidade Básica de Saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0006/2012, de autoria do Ministério Público, que cria Promotorias de Justiça, cargos de promotor de Justiça e cargos de assistente de Promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado e adota outras providências.

Consulto os srs. líderes se podemos deliberar.

(As lideranças aquiescem.)

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, gostaria que v.exa. fizesse a leitura dos municípios que estão sendo contemplados para avivar um pouco a minha memória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sr. deputado, é o seguinte o texto do presente PLC:

(Passa a ler.)

“Art. 1º Ficam criadas na estrutura de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina duas Promotorias de Justiça de entrância especial e uma Promotoria de Justiça de entrância final, nos termos seguintes:

I - Entrância Especial

a) 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó; e

b) 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó.

II - Entrância Final

a) 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Curitibanos.

Art. 2º Ficam criados, em decorrência desta lei, dois cargos de Promotor de Justiça de entrância especial e um cargo de Promotor de Justiça de entrância final.

Parágrafo único. Os cargos de Promotor de Justiça criados por este artigo serão lotados nas Promotorias de Justiça criadas no art. 1º e terão nomenclatura ordinal a elas correspondente.

Art. 3º Fica criada a 19ª Circunscrição do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com sede na Comarca de São José e abrangência a ser definida nos termos do § 1º do art. 5º da Lei Complementar Estadual n. 368, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 4º Ficam criados no Quadro de Primeiro Grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 3 (três) cargos de Promotor de Justiça Substituto, com lotação na 19ª Circunscrição do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Ficam criados na estrutura organizacional do Ministério Público de Santa Catarina, com lotação vinculada às Promotorias de Justiça criadas no art. 1º, 3 (três) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, com a classificação, os requisitos e as vedações previstos no art. 1º da Lei Complementar Estadual n. 276, de 27 de dezembro de 2004.”[sic]

Basicamente são essas as criações, deputado, ou seja, apenas três Promotorias de Justiça.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal por processo eletrônico.

(Procede-se à votação.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DIETER JANSSEN	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim".

Está aprovado o projeto em lide em primeiro turno.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0376/2011, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0453/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de provadores para pessoas com deficiência e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, tive oportunidade de conversar anteriormente com a deputada Ana Paula Lima e sei que a intenção é boa, mas o problema são as pequenas lojas, os pequenos comércios espalhados por todos os grandes e pequenos municípios de Santa Catarina, nos quais os espaços são pequenos e não há como colocar um provador específico para os deficientes físicos. As grandes lojas não teriam problemas, mas as pequenas lojas sim.

Então, expliquei à deputada Ana Paula Lima que o veto tem que ser mantido, porque, repito, a grande maioria do comércio de Santa Catarina não tem como fazer um provador específico para deficientes físicos.

Por isso, sr. presidente, que o governo solicita a manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	votou
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADO DIETER JANSSEN	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 17 votos "não" e 11 votos "sim".

Está mantido o veto.

As demais mensagens de veto, deputado Edison Andrino, ficarão para amanhã porque são as que tratam do Ministério Público e ainda não há consenso construído.

Há também o veto ao projeto de autoria do deputado Elizeu Mattos, mas parece que o quórum ainda é preocupante para votarmos, levando em conta a manifestação de alguns deputados para a sua derrubada, entre os quais me incluo.

Pergunto, então, ao deputado Elizeu Mattos se retiramos ou mantemos a mensagem de veto na pauta de votação.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, acho que há consenso entre os deputados que temos que permitir a utilização dos ginásios de esportes das escolas públicas estaduais para a população, para a comunidade, levando, inclusive, as APPs para dentro dos colégios.

Muitos discursos são feitos acerca da depredação das escolas, mas quando há a

oportunidade de levar para dentro dos colégios a comunidade, fazendo-a participar e cuidar das instalações, vem um burocrata o veta o projeto. Tenho certeza de que o veto é menos do governador e mais dos burocratas.

Acho que é um veto ruim, sr. presidente, pois os diretores de escolas estão com várias dificuldades, uma vez que não existe regulamentação de como devem agir no que se refere à utilização dos ginásios de esporte.

A sua análise, sr. presidente, é baseada na sua experiência que, com certeza, é maior do que a minha. Não sei se há votos suficientes para a derrubada do veto, mas o meu pedido é para que ele seja derrubado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, é difícil nós, deputados, votarmos pela manutenção do veto, porque somos a favor da abertura dos ginásios de esportes para a comunidade utilizá-los nos finais de semana.

Então, a minha sugestão é que se retire da pauta a mensagem de veto para que o deputado Elizeu Mattos possa tratar com o secretário da Educação e entrar num entendimento em relação a esse projeto que, no mérito, é da maior importância, uma vez que a comunidade tem que estar perfeitamente integrada com a escola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Elizeu Mattos, v.exa. sabe qual é a minha posição.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, estou tentando, desde o início do ano, a regulamentação dessa questão junto à secretaria da Educação, mas as coisas não estão progredindo.

No final do ano passado aprovamos esse projeto e o assunto circulou por todo o estado de Santa Catarina. Assim, há uma cobrança muito grande nas escolas em cima dos diretores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vamos votar a matéria.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, acho que o quórum é razoável, acho que podemos deliberar essa mensagem de veto, além das outras.

Adianto que a liderança do governo libera a bancada para votar como desejar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Obrigado, deputado.

Discussão e votação da Mensagem n. 0475/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0345/2010, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que autoriza a abertura dos ginásios de esportes anexos às escolas estaduais para o uso da comunidade fora do horário letivo e adota outras disposições.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

A votação será secreta.

Quem votar "sim" mantém o veto e quem votar "não" rejeita-o.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	votou
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou

DEPUTADO DIETER JANSSEN	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos um voto "sim" e 26 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0477/2012, de autoria do governador do estado, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0367/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que estabelece mensagens educativas sobre o uso indevido de drogas em *shows*, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e nos respectivos ingressos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, escutei, não sei de onde, alguém dizer que é um baita projeto! Eu considero, em que pese a simplicidade do mesmo, um baita projeto, porque tratamos a questão das drogas, disseminada de maneira preocupante neste país.

O que quero estabelecer aqui é uma coisa muito simples: apenas e tão somente para somar a outras intenções e tentativas de, pelo menos, alertar os nossos adolescentes, as nossas crianças para o problema dessa praga chamada droga neste país.

O projeto é simples, mas o problema é extremamente complicado e sério. Por isso estou vindo aqui fazer um apelo aos srs. deputados. Esse projeto nada mais faz do que estabelecer critérios para *shows* infantis e espetáculos para adolescentes, inserindo algum dizer alertando para a questão da droga no ingresso e também algumas orientações explícitas durante o *show*. Coisa simples que não demanda despesa, não demanda nada que complique a vida de um promotor de eventos, nada que faça com que seja inviabilizado um evento por conta dessa nossa iniciativa. Iniciativa que não é minha, é dos pais, enfim, das pessoas que têm crianças e adolescentes e que precisam de ajuda para aquelas ainda não contaminadas pela droga, no sentido de serem orientadas de maneira profunda, de maneira objetiva.

Espero que v.exas. se sensibilizem com esse pedido, com esse nosso apelo, em que pese ser um projeto simples e alguém, em ar de deboche, dizer que é um grande projeto. É um grande projeto, sim, como é grande a vida de um adolescente, de uma criança que precisa ser orientada.

Por isso faço um apelo a v.exas. no sentido de derrubarmos esse veto, assim como foi feito anteriormente a pedido do presidente: 26 a 1. Quem sabe possamos com esse número de deputados ter

aqui sancionada essa lei via Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Obrigado, sr. deputado.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, associe-me às palavras do deputado Nilson Gonçalves. Precisamos fazer alguma coisa, deputado Nilson Gonçalves, para minimizar o grande mal do século, que são as drogas.

No estado de Santa Catarina há 50 mil pessoas no *crack*, deputado Manoel Mota. Estamos tratando cinco mil pessoas, as demais têm destino certo, que são as ruas, o cemitério, os hospitais ou os nossos presídios.

É um projeto simples, como disse o deputado Nilson Gonçalves, mas relevante no sentido de podermos utilizar os espaços dos ingressos com uma mensagem fazendo uma prevenção ao uso das drogas, que está dizimando a juventude catarinense do Brasil e do mundo.

Portanto, deputado Nilson Gonçalves, não posso também deixar de me posicionar favorável ao seu projeto porque é meritório e dá uma contribuição significativa no sentido de avançarmos na prevenção e no combate às drogas no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, analisamos muito o veto ao projeto e não há por que mantê-lo. Na realidade, um dos grandes males que afeta a nossa juventude é o uso da droga.

Então, quero cumprimentar o autor do projeto, deputado Nilson Gonçalves, que solicita nada mais do que constar nos ingressos uma recomendação contra o uso de drogas.

Assim sendo, comunico aos srs. deputados que está livre a bancada para votar, sugerindo a todos que seja rejeitado o veto.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero ratificar as intervenções daqueles que me antecederam. Acompanhamos o projeto na comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, fui relator na comissão, e como presidente da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas quero parabenizar o deputado Nilson Gonçalves pelo projeto. Nós elegemos quatro eixos: a prevenção, a reabilitação, a repressão e a ressocialização, e o seu projeto é muito importante no que diz respeito à prevenção.

Quero parabenizá-lo e dizer que estamos juntos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, como delegado de polícia e tendo acompanhado esse trauma que a sociedade enfrenta,

gostaria de parabenizar o deputado Nilson Gonçalves. Toda a ação é importante e não podemos mais achar que a questão de drogas é problema do outro, pois ela está na sociedade, em toda a família e todos os atos que sejam praticados para minimizar esse mal na sociedade são importantes.

Então, estou com o projeto e entendo que se vai causar alguma dificuldade, tem que ser encontrada uma forma de conciliar o interesse dos produtores de eventos com o interesse da sociedade em defesa da nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	votou
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADO DIETER JANSSEN	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou

DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 23 votos "não" e dois votos "sim".

Está derrubado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0479/2012, de origem governamental, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0258/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que institui a Semana Estadual de Valorização dos Profissionais da Educação.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Srs. deputados, como a deputada autora Luciane Carminatti não está presente, entendo que seria de bom alvitre retirarmos o projeto de pauta, se todos os líderes concordarem.

Os demais vetos, deputado Edison Andrino, se v.exa. concordar, gostaria de deixá-los para amanhã, para que tenhamos quórum qualificado e possamos deliberá-los.

(As lideranças aquiescem.)

Está retirada, então, da pauta da Ordem do Dia a Mensagem n. 0479/11.

Esta Presidência encerra a Ordem do Dia e convida todos os srs. deputados para participar da apresentação da Festa Estadual do Milho, do município de Xanxerê. Gostaria muito que os deputados participassem daquela festa.

Por isso, atendendo requerimento assinado pelos srs. líderes, suspenderemos a presente

sessão por até dez minutos, para que possamos fazer a apresentação da referida festa.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Srs. deputados, temos ainda um requerimento na mesa, aprovado pelos líderes das bancadas que compõem este Parlamento, de autoria do deputado Elizeu Mattos.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste solicitar a suspensão por dez minutos da sessão ordinária do dia 17 de abril do corrente ano, para que a rainha da Expobom, do município de Bom Jardim da Serra, srta. Cristiane Amaral Guerra, e as princesas Anieli Fabiane Dias e Patrícia Borges Santos, possam fazer o convite aos nobres deputados para este importante evento.

Aproveito a oportunidade para expressar votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Dep. Elizeu Mattos."

Portanto, solicitamos ao deputado Jean Kuhlmann que acompanhe a rainha, as princesas e o prefeito para adentrarem a este plenário.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Jean Kuhlmann, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Muito obrigado, sr. presidente. Quero cumprimentar todos os parlamentares e todos que nos acompanham em suas residências, pela Rádio Alesc ou então pela TVAL. Parabênzo a rainha e as princesas que estiveram aqui divulgando a sua festa.

No município de Blumenau temos a Oktoberfest, um dos eventos que fazem da cidade o melhor lugar do estado para se viver, tanto é que Blumenau recebeu da Firjan o título de Melhor Cidade do

Estado para se Viver. Em 2005, recebeu a condição de 11ª no estado em qualidade de vida e hoje é a primeira. E agora Blumenau recebe não somente o título da Firjan, mas recebe mais uma notícia positiva, de que não lidera no estado apenas em termos de qualidade de vida, mas também lidera em termos de geração de emprego.

Blumenau lidera o *ranking* catarinense na geração de empregos; foram mais de 4.900 empregos gerados no primeiro trimestre deste ano. Se fizermos uma avaliação em nível nacional, Blumenau é a 13ª no país, perdendo para cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Brasília, Goiânia, Franca, Campinas, Recife, Salvador, Santa Cruz do Sul e Porto Alegre.

Se comparar o tamanho das cidades que estão à frente de Blumenau em geração de empregos, é um orgulho para Blumenau, uma cidade com aproximadamente 300 mil habitantes, liderar em Santa Catarina a geração de empregos. Foram quase 5.000 empregos no primeiro trimestre deste ano. E isso é um orgulho para uma cidade que saiu de uma catástrofe, que passou por uma enchente, é orgulho para uma cidade feita de um povo trabalhador, que não espera favores do governo federal nem do governo do estado e demais que existem, uma cidade que com seu povo, seu governo municipal, sua gente, faz a grande diferença.

Tenho certeza de que o governador Raimundo Colombo olha com muito carinho e vem trabalhando também para cobrar da presidente Dilma Rousseff, por exemplo, a duplicação da BR-470.

Já ocupei a tribuna para falar no projeto de prevenção de enchentes e de mitigação de desastres naturais. Imaginem, sras. deputadas e srs. deputados, a cidade de Blumenau, líder catarinense em qualidade de vida pela Firjan e agora no Caged, Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados, com a BR-470 duplicada. Imaginem se os governos anteriores já tivessem feito o que hoje o governador Raimundo Colombo planeja, que é um plano diretor de prevenção de cheias e desastres naturais. Imaginem se isso já estivesse pronto. Imaginem como Blumenau seria muito melhor.

Então, parablenizo o prefeito João Paulo Kleinübing, a administração do município, porque com tantos gargalos, com tantos desafios na questão de burocracia, na questão de falta de infraestrutura para chegar até Blumenau, com a questão da catástrofe, da enchente, mesmo com tudo isso, Blumenau consegue ser pelo índice da Firjan a melhor cidade do estado para se viver. E agora recebe a notícia de que é a 13ª no Brasil em geração de emprego e a primeira em Santa Catarina, gerando mais emprego do que Joinville, uma cidade muito maior, mais do que Florianópolis, uma cidade também maior, ou seja, é um orgulho ser blumenauense, amar essa cidade e lutar por ela.

Quero parabenizar cada cidadão que ajuda a construir Blumenau, porque esse número somente é possível graças ao trabalho desse povo maravilhoso, que nasceu ou que adotou a cidade, porque conheço muita gente que não nasceu em Blumenau, mas que adotou essa cidade de coração, como se tivesse nascido lá.

Parablenizo a prefeitura municipal, porque é no trabalho em conjunto entre o poder público municipal, entre a população, que vemos a diferença. Aí alguns vão dizer que isso é uma política nacional. Quero dizer que a questão nacional, o próprio relatório do Caged, diz que a situação está complicada. E, por exemplo, em cidades como Florianópolis o índice é negativo, ou seja, houve um decréscimo e não um acréscimo na geração de empregos.

Então, Blumenau teve o acréscimo, sim, pela ousadia do seu povo, pela garra, pela luta da sua comunidade e pela competência do governo municipal, que soube aproveitar isso e soube unir as empresas, a população.

Deputado Silvio Dreveck, v.exa. que foi prefeito sabe o quanto é importante uma cidade que passou por uma catástrofe, uma cidade que passou por uma enchente, graças ao povo, graças à união do poder público municipal, poder comemorar que não é apenas a primeira cidade no estado em qualidade de vida, como diz a Firjan, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, como também, no

primeiro trimestre de 2011, tornar-se a cidade em Santa Catarina que mais gerou emprego.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Ismael dos Santos, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves.

(Pausa)

Na ausência do deputado Nilson Gonçalves, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jailson Lima, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Elizeu Mattos, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, srs. deputados, o que nos traz à tribuna, hoje, é que recebemos uma solicitação de um catarinense passando-nos uma sugestão para que colocássemos em debate o assunto segurança, porque está acontecendo muito no estado arrombamentos em caixas eletrônicos.

Diariamente, vimos nos jornais as manchetes dos acontecimentos na área de segurança, e o assunto do momento é o arrombamento em caixas. O Brasil é campeão nesse assunto, com relação a esses assaltos. Isso causa uma insegurança para a população.

A Polícia está de parabéns, pois vem trabalhando nessa questão. Mas a sugestão desse catarinense é com relação à instalação de sensores de segurança. E no nosso entendimento é uma ideia excelente que possamos sugerir aos bancos do nosso estado principalmente, e de todo o Brasil, a instalação de sensores para detectar a questão do calor e também com relação à fumaça emitida pelos

equipamentos para fazer a perfuração nos caixas eletrônicos.

Se analisarmos, existe uma lógica bastante grande, nobre presidente: no momento do assalto a um caixa eletrônico, quando for utilizado o maçarico, o fogo para fazer o arrombamento, que aquela agência tenha um sensor que possa identificar o calor gerado naquela ação e a fumaça emitida pelo equipamento, disparando um alarme, fazendo com que a segurança possa chegar a tempo e possamos segurar essa onda de assaltos tão frequentes no país.

Essa é uma sugestão de um catarinense, e estamos utilizando este espaço para sugerir aos bancos que analisem a possibilidade da instalação desses sensores.

Parabéns aos cidadãos que nos ligam passando sugestões para que possamos colocá-las em prática; quem sabe, os bancos farão a instalação desses simples acessórios que poderão significar a solução desses arrombamentos no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, demais colegas deputados, imprensa e todos que acompanham a nossa sessão.

Acredito que o deputado Nilson Gonçalves já falou em nome da bancada do PSDB, mas não poderia deixar de fazê-lo pessoalmente e transmitir meus cumprimentos efusivos ao grande tucano, ao grande líder, uma pessoa por quem tenho, além da amizade pessoal, um grande carinho partidário, que é o nosso presidente da Casan, Dalírio Beber.

Todos acompanhamos a angústia vivida pela Casan por muitos governos. Uma entidade pública que tantos serviços já prestou nessa área tão significativa e importante que é o saneamento, mas que nos últimos anos, nos últimos governos, esteve sempre em dificuldades e em vários momentos falou-se até na sua extinção.

Com o novo governo, coube ao PSDB a presidência da instituição e tenho certeza de que Dalírio Beber relutou muito em aceitar o cargo, porque havia outros convites dentro da estrutura

de governo, mas aceitou e fez da presidência da Casan um sacerdócio.

Num primeiro momento teve que estancar a sangria de cancelamentos de inúmeros convênios pelos municípios que estavam procurando alternativas, especialmente na iniciativa privada, pois hoje existem inúmeras empresas no Brasil que trabalham nesse segmento oferecendo recursos com mais facilidade. Assim, os municípios tentando resolver os grandes problemas existentes, especialmente o tratamento de água e o saneamento básico, como esgoto e lixo, procuravam desfazer os convênios com a Casan.

O presidente Dalírio Beber, que nos primeiros meses de mandato preocupou-se muito, dedicou-se e teve que fazer promessas no sentido de buscar financiamentos, de buscar uma nova fase para a Casan, a fim de que os municípios não saíssem do sistema, no dia de ontem assinou um convênio com os municípios da Grande Florianópolis - Biguaçu, Palhoça e São José, se não me engano - com um vultoso investimento, que só foi possível graças também à participação da Assembleia Legislativa, que mais uma vez fez a sua parte aprovando o financiamento junto ao BNDES. A outra parte foi conseguida graças à competência da gestão da Casan, que tem no comando o companheiro Dalírio Beber, que driblou os problemas burocráticos e técnicos, que são inúmeros para um financiamento dessa monta. Com isso, conseguiu viabilizar esse recurso.

Então, quero cumprimentá-lo, pois tenho convivido com ele mais de perto e sentido a sua angústia desde o primeiro mês de gestão até agora, quando entramos nessa fase de investimentos.

E há, sr. presidente, outros na esteira para serem também assinados, fazendo com que a área de saneamento em Santa Catarina, que é, sem dúvida, uma das piores do Brasil, melhore sensivelmente. Não se admite que um estado como o nosso tenha em seus índices um que nos envergonhe dessa maneira. Realmente, era lamentável a situação em que se encontrava a Casan, que agora vive novos tempos.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado, quero corroborar com suas palavras e pelo pouco que conheço Dalírio Beber sei que é um grande administrador, um grande líder político e um polarizador, pois consegue ouvir, interpretar as necessidades dos que estão à sua volta, ou seja, ele cumpre de fato o papel de um grande líder.

Ele exerceu um grande papel dentro do nosso partido quando foi presidente do PSDB e com certeza o trabalho que vem fazendo à frente da Casan orgulha todos os catarinenses.

A Casan presta serviços para muitas cidades grandes, mas também para um grande número de cidades pequenas e é fazendo o equilíbrio desses dois tipos de contratantes que consegue fechar as suas contas. Dalírio Beber é um grande administrador, um grande líder e a Casan com certeza será outra depois da sua passagem.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado, e tenho certeza de que v.exa., como todos nós, da bancada do PSDB, está feliz com o desempenho de Dalírio Beber e dos demais diretores à frente da Casan. Ele montou uma boa equipe e trabalha integrado com ela.

Mas parabenizo os diretores, os técnicos, os engenheiros, enfim, todos os servidores da Casan que também contribuíram para que este momento fosse possível. Parabenizo ainda o governador Raimundo Colombo e o vice-governador, que o escolheram para desempenhar essa função.

Deputado Reno Caramori, v.exa. que já foi prefeito de Caçador, lembra que a Casan passou por várias situações difíceis, mas houve um momento em que se falava até na sua extinção, na sua privatização. Tenho certeza de que v.exa., como um defensor das boas causas públicas nesta Assembleia, também se soma a essa manifestação com relação a este bom momento da Casan. Inclusive, acho que sua cidade, Caçador, também assinará um grande convênio nos próximos dias.

Sei que pela complexidade, pelas questões geográficas, é muito mais difícil ter água tratada e esgoto, mas a Casan, através da sua equipe técnica, está buscando dotar Santa Catarina desses serviços.

Então, faço esse reconhecimento em meu nome, mas reforço o que já foi dito, em nome da bancada, pelo nosso líder, deputado Dado Chereim, e pelos deputados Dóia Guglielmi e Marcos Vieira, que com certeza se somam ao meu pronunciamento.

Muito obrigado, sr. presidente!

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Deputado Gilmar Knaesel, v.exa. fez menção ao nosso município de Caçador. Realmente lamentamos a situação em que se encontra Caçador em termos de saneamento. Deixo registrado até para mostrar a importância que a Casan representa para Santa Catarina.

Cumprimento o nosso atual presidente Dalírio Beber, que vai receber realmente recursos e terá condições de fazer com que Santa Catarina receba esse benefício.

Quando prefeito, conseguimos aprovar junto ao BNDES, junto à Casan, o projeto de esgotamento sanitário do município de Caçador, do levantamento físico até 1977. Infelizmente, quando passei o governo ao prefeito que me sucedeu, ao recomendar que ele desse prosseguimento ao projeto de esgoto que já havíamos iniciado, respondeu-me com seu sotaque italiano que não iria terminar a minha administração. E não fez um metro de esgoto sequer. É lamentável, mas isso ocorreu.

Depois de alguns anos veio o prefeito Saulo Sperotto, que pelo compromisso que havia assumido conosco deu continuidade às obras de esgoto sanitário em Caçador e também firmou convênio com a Casan, num acordo bipartiti. Então, a prefeitura e o estado realmente tocaram o projeto de água.

Portanto, quero cumprimentar mais uma vez o governador do estado Raimundo Colombo por essa brilhante vitória. Esperamos que realmente esses recursos venham em tempo hábil, pois precisamos fazer com que Santa Catarina realmente se emancipe

dessa coisa tão difícil e que nos tem criado muito trabalho que é o esgotamento sanitário. A água já está mais ou menos equilibrada.

Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 10h, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.

